

CRESS-PR em MOVIMENTO



CRESS PR
Conselho Regional de Serviço Social - 11ª Região

Gestão: Tempo de resistir: nenhum direito a menos! CRESS-PR 2017-2020

ASSISTENTES SOCIAIS E O 8 DE MARÇO: DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES

Neste 8 de março de 2018, em tempos de barbárie, de retrocesso, de avanço do conservadorismo e do fundamentalismo que ameaçam as conquistas históricas das mulheres e do conjunto das trabalhadoras e trabalhadores, a categoria de assistentes sociais, constituída de mais de 90% por mulheres, sofre igualmente os ataques do grande capital.

Somos mulheres mães, trabalhadoras, negras, periféricas, encarceradas, em situação de rua, transexuais, lésbicas, chefes de família. Enfrentamos o assédio nas ruas, a violência doméstica em casa, o estupro corretivo, a faixa salarial mais baixa e, mesmo assim, resistimos e lutamos, todos os dias.



AS MULHERES BRASILEIRAS EM NÚMEROS



1 estupro a cada
11 minutos

11ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017)



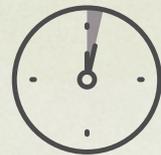
1 mulher assassinada
a cada **2 horas**

11ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017)



503 mulheres são
agredidas a cada hora

Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil (DataFolha/FBSP, 2017)



5 espancamentos
a cada 2 minutos

Mulheres Brasileiras nos Espaços Públicos e Privados (FPA/Sesc, 2010)



93% executa
ou chefia as
tarefas domésticas

Fundação Perseu Abramo 2004

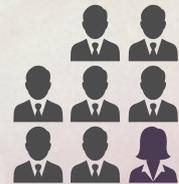
41% exerce
algum tipo de
trabalho remunerado

Fundação Perseu Abramo 2004



15% de
rendimento
a menos que
os homens

Pnad 2014



7 vereadores
homens para
1 vereadora
mulher eleita

<http://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira>



O DIA DE INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES: UM POUCO DE HISTÓRIA

O Dia Internacional da Mulher, 08 de março, foi proposto por Clara Zetkin em 1910 no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas. Isto ocorreu há 108 anos, data que vem sendo marcada por lutas e repleta de acontecimentos históricos importantes e significativos para a construção do movimento feminista, particularmente em tempos de ataque frontal aos direitos duramente conquistados.

A história revela que nos Estados Unidos no início do século XX a mobilização das mulheres ganhava visibilidade. Em 1903 formou-se, pela ação de sufragistas e de profissionais liberais, a “*Women’s Trade Union League*”¹, visando a organização das trabalhadoras assalariadas. Com as crises industriais de 1907 e 1909, foram reduzidos os salários da classe trabalhadora, com ampliação da exploração da força de trabalho, dada a numerosa imigração proveniente da Europa. No mês de fevereiro de 1908, mulheres socialistas dos Estados Unidos fizeram uma manifestação a que chamaram *Dia da Mulher*, reivindicando o direito ao voto e melhores condições de trabalho.

No entanto, a primeira a propor uma data em homenagem à luta das mulheres foi Clara Zetkin (1857-1933), alemã, membro do Partido Comunista Alemão, deputada em 1920. Ao participar do II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, em Copenhagem, em 1910, Clara Zetkin propôs a criação de um Dia Internacional da Mulher sem definir uma data precisa. Segundo Blay² no Brasil vê-se repetir a cada ano a associação entre o Dia Internacional da Mulher e o incêndio na *Triangle*, quando na verdade Clara Zetkin o tenha proposto em 1910, um ano antes do incêndio.

Para Blay, esta associação pode decorrer do reconhecimento deste sacrifício e desta tragédia das trabalhadoras da fábrica de Cotton em Nova York e a incorporação no imaginário coletivo da luta das mulheres. Importante desvelar que a instituição de um Dia Internacional da Mulher já vinha sendo elaborado pelas socialistas americanas e europeias há algum tempo e foi ratificado com a proposta de Clara Zetkin.

A *Triangle* empregava 600 trabalhadores e trabalhadoras, a maioria mulheres imigrantes judias e italianas, jovens de 13 a 23 anos. No total, Morreram 146 pessoas, 125 mulheres e 21 homens.³

Destaca-se, dessa forma, que mulheres como Clara, Alexandra Kollontai, Clara Lemlich, Emma Goldman, Rosa Luxemburgo, entre outras, dedicaram suas vidas ao que posteriormente se tornou o movimento feminista.

A Revolução Russa, que completou 100 anos em 2017, não prescindiu da luta heroica das mulheres trabalhadoras do setor de

tecelagem que, em 8 de março 1917 (23 de fevereiro no Calendário Juliano), entraram em greve e pediram apoio aos metalúrgicos. Registra-se que esta teria sido o primeiro momento da Revolução de Outubro.

Sabemos que a participação política é uma das bandeiras centrais do movimento feminista e de mulheres. A experiência brasileira, cujos primórdios registram a intensa mobilização das “sufragistas”, comprova que toda conquista das mulheres teve como pano de fundo a subversão de valores e padrões dominantes, como, por exemplo, a conquista do voto feminino em 1932, que confrontou a oligarquia rural e sua estrutura de poder. Há 86 anos, apenas, passamos a ser detentoras da cidadania com a conquista do direito ao voto.

Registram-se os 110 anos de nascimento de Simone de Beauvoir, ícone do feminismo, que introduz uma nova forma de pensar e agir em todo o mundo. Ela, aliás, herdeira de uma tradição de engajamento feminino que vinha desde os tempos da Revolução Francesa, quando mulheres como Olympe de Gouges redigiram a *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, 05 de setembro de 1791.⁴ Esse histórico documento foi o primeiro a reclamar abertamente os direitos iguais para as mulheres. Olympe de Gouges foi guilhotinada por defender os direitos de cidadania da mulher.

No Brasil a resistência das mulheres negras, como Dandara, guerreira na luta pela liberdade do povo negro, pela libertação do Quilombo dos Palmares que em 1644 morre na batalha. E de Luiza Mahin, também escravizada que protagonizou a revolta dos Malês na Bahia ou de Carolina Maria de Jesus catadora de papel, descoberta escritora pelo jornalista Audalio Dantas, tendo publicado um de seus livros, intitulado o *Quarto de Desejos* que vendeu mais de 100 mil exemplares, são exemplos da resistência das mulheres, negras, indígenas, registro legítimo da memória e continuidade daquelas que se irromperam contra o patriarcado e contra o colonialismo impulsionando perspectivas para um debate inicial de gênero. Não se pode esquecer que foram as mulheres negras as que primeiro resistiram, as que foram silenciadas.

Na década de 1980, ganham visibilidade as lutas das mulheres, construindo articulações e organizações próprias, com uma ampla agenda política voltada para a superação das discriminações e desigualdades, para a afirmação da identidade da mulher, conseguindo garantir na Constituição de 1988 o estatuto da igualdade na lei. A mulher torna-se sujeito político.

Anteriormente, não fazíamos parte da história oficial, pois o nosso espaço era apenas o privado. As conquistas do século XX em busca dos direitos, da representação política, melhores condições de trabalho, dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, a diversidade e aos direitos humanos, vem sofrendo grande retrocesso.

¹ Artigo de Eva Blay com acesso: <https://banhodeassento.wordpress.com/2012/03/08/8-de-marco-conquistas-e-controversias-por-eva-blay/>

² Eva Alterman Blay é uma socióloga e professora universitária brasileira. É uma das pioneiras em estudar o direito das mulheres no Brasil, e foi a fundadora do Centro de Estudos de Gênero e dos Direitos da Mulher da Universidade de São Paulo. https://pt.wikipedia.org/wiki/Eva_Blay

³ Artigo de Eva Blay com acesso: <https://banhodeassento.wordpress.com/2012/03/08/8-de-marco-conquistas-e-controversias-por-eva-blay/>

⁴ Citado por Elza Maria Campos. <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/a-participacao-politica-da-mulher-dr9p81j37ypui18rt3juwz5n2>



A ATUALIDADE DA LUTA DAS MULHERES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nas últimas décadas, muito se avançou em políticas públicas que têm como público preferencial as mulheres, mas que reforçam o papel socialmente atribuído a mulher – maternidade, cuidado, responsabilidades familiares. Se avançou, também, em políticas públicas e legislações pela não violência contra as mulheres, mas não houve transversalidade com a oportunização de condições amplas de superação das desigualdades de gênero que é o que estruturam o poder do homem sobre a mulher, permitindo a manutenção do ciclo violência.

Com o eixo: “*Mais Direitos, Nenhum retrocesso, Luta e resistência Feminista*”, o 8 de março de 2018 no Paraná continua denunciando os retrocessos que recaem de forma mais violenta sobre as mulheres. As conquistas do século XX e do início do século XXI, como a representação política, o direito ao trabalho, os direitos sexuais e reprodutivos, têm

sofrido não só ameaças como têm sido retiradas e vilipendiadas pelo governo golpista.

A crise do capitalismo e o estado de exceção imposto pelo governo golpista vem acarretando enormes desmontes na soberania do Brasil e nas políticas públicas de gênero. Ganha força o discurso obscurantista contra os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, simbolizado na PEC 181/2005 que proíbe o aborto inclusive nos casos já previstos em lei, como em situação de crime hediondo de estupro e de risco de vida para a mulher.

A reforma trabalhista e a reforma da previdência retira direitos da classe trabalhadora, mas ataca principalmente as mulheres. O 8 de março deste ano mais uma vez é pautado pela resistência e pela luta das mulheres em três eixos centrais: a luta pela vida das mulheres; a defesa da democracia e da soberania; e a denúncia contra a 'reforma' da Previdência.

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E A LUTA DAS MULHERES

As/Os profissionais de Serviço Social têm em seu projeto ético-político a expressão de valores estabelecidos no Código de Ética, princípios que reclamam a luta em defesa de uma cultura política, em defesa de lutas coletivas que tenham como norte a construção de uma nova ordem societária sem dominação e exploração de classe, raça/etnia e gênero.

É preciso avançar em políticas na perspectiva de gênero em sua totalidade, para que se transforme a realidade social das mulheres e se enfrente a desigualdade de gênero. É aí que se elencam grandes desafios para nós, assistentes sociais. Pensar em políticas públicas voltadas as mulheres no Brasil é uma tarefa complexa. Exige de nós a reflexão sobre a questão de gênero numa perspectiva crítica de direitos humanos e nas particularidades que envolvem a colonização escravocrata da América Latina.

Nossa práxis exige uma reflexão/ intervenção articulada ao movimento da realidade, a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo, a defesa do aprofundamento da democracia e a luta contra qualquer tipo de violência, preconceito e discriminação.

Neste 8 de março de 2018, chamamos nossa categoria profissional, que nunca fugiu à luta, para continuar se manifestando contra todas as expressões do racismo, do capitalismo e do patriarcado em defesa dos direitos sociais do conjunto das mulheres e da classe trabalhadora.

Elza Maria Campos – Conselheira do CRESS – PR

Tamires Caroline de Oliveira – Conselheira do CRESS – PR

